



Educação: Políticas, Estrutura e Organização

Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

Educação: Políticas, Estrutura e Organização

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização /
Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e
Organização; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-297-5

DOI 10.22533/at.ed.975192904

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo
escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas
educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte I” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007).

O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular.

A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“UM MUSEU DE GRANDES NOVIDADES”: A INTERFACE SAÚDE/EDUCAÇÃO	
Yuri Bruniera Padula Maria Lucia Boarini	
DOI 10.22533/at.ed.9751929041	
CAPÍTULO 2	6
TÓPICOS CULTURAIS NO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA	
Alexsandro Luiz Rodrigues Dennis Álex Araújo Joana Paula Costa Cardoso e Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.9751929042	
CAPÍTULO 3	15
A ABORDAGEM DOS JOGOS MATEMÁTICOS NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM OLHAR A PARTIR DA EPISTEMOLOGIA GENÉTICA DE PIAGET	
Géssica Bruna Bahia de Souza Claudiene dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9751929043	
CAPÍTULO 4	26
A AÇÃO DA SUPERVISÃO ESCOLAR E DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NA GESTÃO ESCOLAR	
Alan José Batista Simões	
DOI 10.22533/at.ed.9751929044	
CAPÍTULO 5	34
A APROPRIAÇÃO DE CONHECIMENTOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: ELEMENTOS PARA PENSAR A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA	
Eliéte Zanelato Elisandra Santos da Silva Luzia Aparecida dos Santos Sônia da Cunha Urt	
DOI 10.22533/at.ed.9751929045	
CAPÍTULO 6	45
A ATUAL CONDIÇÃO DE ESCASSEZ DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO NO SEMIÁRIDO DA PARAÍBA E A NECESSIDADE DE AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO SOCIO-EDUCATIVAS-AMBIENTAIS	
Andrezza de Araújo Silva Gallindo João Utemberg Lucas Bezerra Lays Costa Araujo Karine Oliveira da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.9751929046	

CAPÍTULO 7	54
A AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA SEMIPRESENCIAL DA UNESP: FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO DO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM	
Dayra Émile Guedes Martínez José Luís Bizelli	
DOI 10.22533/at.ed.9751929047	
CAPÍTULO 8	65
A BUSCA PELA QUALIDADE EDUCACIONAL: AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DA APRENDIZAGEM MEDIADA PELAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	
Maria Eliéte Lacerda Lucchesi Isabel Cristina Rossi Mattos Edgar Caldeira da Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.9751929048	
CAPÍTULO 9	75
POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL: A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA “ESTOU PRESENTE, PROFESSOR” PARA A ERRADICAÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO UNA – PE	
Edilene Maria da Silva Marilene da Silva Lima Ana Lúcia de Melo Santos Katia Tatiana Moraes de Oliveira Nubênia de Lima Tresena	
DOI 10.22533/at.ed.9751929049	
CAPÍTULO 10	86
A CONDIÇÃO DO PROFESSOR SURDO EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ	
Delci da Conceição Filho	
DOI 10.22533/at.ed.97519290410	
CAPÍTULO 11	93
A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA INFÂNCIA EM RELAÇÃO À SEXUALIDADE	
Maria Fernanda Sanchez Maturana Miriam Sinhorelli Vagner Sérgio Custódio Isadora de Oliveira Pinto Barciela Aline Sinhorelli Sakamoto Vanessa Camilo Sossai Keila Isabel Botan Rodrigo Soares da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.97519290411	
CAPÍTULO 12	96
A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA UMA METODOLOGIA PARA SE ENSINAR A CULTURA AFRO-BRASILEIRA	
Paulo Roberto do Nascimento Alves Joel Vicente Fernandes	

Waldeci Ferreira Chagas

DOI 10.22533/at.ed.97519290412

CAPÍTULO 13 103

A CONTINUIDADE DA AÇÃO EDUCATIVA: O SUPERVISOR ESCOLAR COMO ARTICULADOR DO PROCESSO PEDAGÓGICO

Adriana Antero Leite

Cristiane Patrícia Barros Almada

DOI 10.22533/at.ed.97519290413

CAPÍTULO 14 115

A DESCONSTRUÇÃO DE PARADIGMAS COMO MÉTODO DE COMBATE À ANSIEDADE MATEMÁTICA

Esdras Henrique de Souza e Silva

Allyne Evellyn Freitas Gomes

DOI 10.22533/at.ed.97519290414

CAPÍTULO 15 125

A DIDÁTICA DO PROFESSOR NO BRASIL FRONTEIRA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS VENEZUELANOS

Selma Maria Cunha Portela

Claudina Miranda e Silva

Janaene Leandro de Sousa

Gleidiane Brito de Araújo Rocha

DOI 10.22533/at.ed.97519290415

CAPÍTULO 16 134

A DISCIPLINA EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ETNICORRACIAIS NO BRASIL E AS IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DO (A) PEDAGOGO (A) DA UFPE

Katiane Cibebe de Souza

Rebeca Bandeira dos Santos

Dayse Moura Cabral

DOI 10.22533/at.ed.97519290416

CAPÍTULO 17 145

A DISLEXIA NA CONCEPÇÃO DE ESTUDANTES DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UFPB

Andrêsa Fernanda Gomes Pereira

Ismaelly Batista dos Santos Silva

Izabela Medeiros de Brito

Maria Aparecida da Silva

Geovaní Soares de Assis

DOI 10.22533/at.ed.97519290417

CAPÍTULO 18 155

A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO ESTADO DE MINAS GERAIS: TRAJETÓRIA E PERSPECTIVAS

Carla Carneiro Costa Maciel de Paiva

DOI 10.22533/at.ed.97519290418

CAPÍTULO 19	163
A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: UM RECUO NA HISTÓRIA	
Maria Aparecida dos Santos Ferreira	
Marla Sarmento de Oliveira	
Paulo Henrique de Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.97519290419	
CAPÍTULO 20	177
A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO: PRÁTICAS INSTITUÍDAS E SUAS IMPLICAÇÕES	
Alexandre Souza de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.97519290420	
CAPÍTULO 21	190
A EDUCAÇÃO PÚBLICA NOS ANOS 1990: ENTRE EXPECTATIVAS E INOVAÇÕES	
Cláudia Cristina da Silva Fontineles	
Marcelo de Sousa Neto	
DOI 10.22533/at.ed.97519290421	
CAPÍTULO 22	215
A ESCOLA E OS SEUS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM: RESSIGNIFICANDO O OLHAR SOBRE OS AMBIENTES ESCOLARES	
José Emanuel Barbosa Alves	
Rafael de Farias Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.97519290422	
CAPÍTULO 23	227
A ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL NO CONTEXTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (2015 – 2025)	
Karla Nascimento de Almeida	
Daniel Rômulo de Carvalho Rocha	
Maria Celeste Reis Fernandes de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.97519290423	
CAPÍTULO 24	239
A ESCOLA PÚBLICA NA SOCIEDADE CAPITALISTA: A ESCOLARIZAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA (RE)PRODUÇÃO DO CAPITAL	
Gislei José Scapin	
Maristela da Silva Souza	
DOI 10.22533/at.ed.97519290424	
CAPÍTULO 25	255
A EXPERIÊNCIA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL DENTRO DE RESTAURANTES EM CURITIBA	
Katsuk Suemitsu Ofuchi	
Maria Lúcia Leite Ribeiro Okimoto	
DOI 10.22533/at.ed.97519290425	

CAPÍTULO 26 265

A EXPERIÊNCIA QUE MARCA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DAS IMPRESSÕES FRENTE A COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA

Naedja Maria Assis Lucena Morais
Sílvio César Lopes da Silva
Cássia de Sousa Silva Nunes

DOI 10.22533/at.ed.97519290426

CAPÍTULO 27 273

A EXPERIMENTAÇÃO COMO RECURSO FACILITADOR DO MÉTODO DE APRENDIZAGEM BASEADO EM PROBLEMAS PARA A DISCIPLINA DE QUÍMICA ANALÍTICA NO ENSINO SUPERIOR DA FACULDADE PERNAMBUCANA DE SAÚDE-FPS

Emília Mendes da Silva Santos
Ivana Glaucia Barroso da cunha

DOI 10.22533/at.ed.97519290427

CAPÍTULO 28 278

A FÍSICA E A MÚSICA: APRENDENDO CONCEITOS DE ACÚSTICA POR MEIO DE *PODCAST*

Rayane de Tasso Moreira Ribeiro
Francisco Bruno Silva Lobo
Lydia Dayanne Maia Pantoja
Germana Costa Paixão

DOI 10.22533/at.ed.97519290428

CAPÍTULO 29 287

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O ENSINO DE HISTÓRIA NAS OBRAS DE MIGUEL MILANO (1938-1948)

Lyzandra Santos da Silva
Andréa Giordanna Araujo da Silva

DOI 10.22533/at.ed.97519290429

CAPÍTULO 30 295

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Milena Mendonça da Silva
Rayanne de França Fasseluan
Célia Regina Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.97519290430

CAPÍTULO 31 301

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR QUE ATUA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA CIDADE DE MACAU/RN

Raniele de Oliveira Silva
Isabelle Cristina Ricardo Pires
Paulo César Pereira Ramos
Maria Aparecida dos Santos Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.97519290431

CAPÍTULO 32	309
A FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR NA REDE REGULAR DE ENSINO	
Ana Paula Leite da Silva Tanaka	
DOI 10.22533/at.ed.97519290432	
SOBRE A ORGANIZADORA	316

A ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL NO CONTEXTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (2015 – 2025)

Karla Nascimento de Almeida

Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE
Governador Valadares (MG)

Daniel Rômulo de Carvalho Rocha

Secretaria Municipal de Educação - SMED
Governador Valadares (MG)

Maria Celeste Reis Fernandes de Souza

Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE
Governador Valadares (MG)

RESUMO: As discussões apresentadas neste texto são fruto de uma pesquisa, de cunho bibliográfico, que buscou estabelecer um diálogo interdisciplinar entre os campos da Geografia, com o foco nos estudos territoriais, e da Educação. Buscamos refletir sobre a Escola em Tempo Integral (ETI) no contexto do Plano Municipal de Educação (PME) do município de Governador Valadares. O material empírico foram os textos legais referentes ao Plano Nacional de Educação (PNE), Plano Municipal de Educação, documentos sobre a ETI e informações disponibilizadas via web. Os resultados evidenciam que o texto do PME fortalece a ETI ao propor a sua consolidação. Entretanto, a ETI enfrenta o desafio de ampliar a jornada escolar sobre uma estrutura e uma organização temporal que conspira contra a formação integral do sujeito. A organização temporal não é objeto de reflexão do PNE e do

PME, e o tempo que se amplia pode, portanto, permanecer fragmentado. As estratégias que impellem ao movimento em direção à cidade são importantes para a ETI e podem contribuir para mudanças na organização temporal. Entretanto, tal movimento ainda pontual na ETI, depende do movimento das escolas para a construção de relações espaço temporais. A perspectiva do PNE para o tempo integral pode-se configurar como um tipo de “educação prioritária”, ao limitar o acesso a metade das escolas e a uma quarta parte dos estudantes. Nesse sentido ressalta-se o avanço da ETI com a proposta de universalização do tempo integral.

PALAVRAS-CHAVE: Escola em Tempo Integral. Território. Plano Municipal de Educação.

ABSTRACT: The discussions presented in this text are the result of a bibliographical survey, which sought to establish an interdisciplinary dialogue between the fields of Geography, with a focus on territorial studies, and Education. We seek to reflect about the Full-time School (FTS) under the Municipal Education Plan (MEP) in the municipality of Governador Valadares. The empirical data were the legal texts concerning the National Education Plan (NEP), the Municipal Education Plan, documents on the FTS and information available via the web. The results show that the text of MEP strengthens the FTS through the proposal of its consolidation.

However, the FTS faces the challenge of expanding the school journey on a structure and a temporal organization, which conspires against the full formation of the subject. The temporal organization is not a NEP or a MEP object of reflection, and the extended time can therefore remain fragmented. The strategies, which impel the movement towards the city, are important to the FTS and may contribute to changes in the temporal organization. However, such a still punctual movement in the FTS, depends on the movement of the schools for the construction of temporal space relations. The perspective of the NEP for the full-time can be set up as a kind of “priority education”, through the limitation of the access to half of the schools and a quarter of the students. In this sense, it is emphasized the advancement of the FTS with the proposal of the universalization of full-time.

KEYWORDS: Full-Time School. Territory. Municipal Education Plan.

1 | INTRODUÇÃO

A ampliação da jornada escolar nos sistemas públicos estaduais e municipais está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Brasil, 1996). Em duas décadas de sua publicação, experiências e discussões que envolvem o aumento do tempo diário de permanência das crianças e dos adolescentes nas escolas tem ganhado centralidade no Brasil, especialmente pós edição do Programa Mais Educação (PME) (BRASIL, 2010a e 2010b).

Enquanto estratégia indutora para implantação e implementação de uma agenda nacional de educação integral em jornada ampliada (Moll, 2012), o PME foi instituído pelo Governo Federal por meio da Portaria Interministerial nº 17/2007 (Brasil, 2007) e regulamentado pelo Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010 (BRASIL, 2010c).

A finalidade do PME é contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública, mediante oferta de educação básica em tempo integral, considerando-se “educação básica em tempo integral” a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total em que o(a) aluno(a) permanece na escola ou em atividades escolares em outros espaços educacionais (BRASIL, 2007; 2010d; 2014a).

A ampliação da jornada escolar se constitui no cenário educacional brasileiro, no decênio 2014-2024 com uma intencionalidade expressa na Lei nº 13.005/2014 que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE). A referida lei prevê, como meta, a ampliação da jornada escolar para no mínimo 50% das escolas públicas e 25% dos (das) alunos (as) (BRASIL, 2014b).

A análise empreendida neste texto se volta para o cenário acima descrito, de ampliação da jornada escolar, e toma como objeto de reflexão a política de educação municipal da cidade de Governador Valadares que instituiu, a partir do ano de 2010, a Escola em Tempo Integral, ampliando a jornada escolar diária, de 4:30h para

8h de atividades, para todos os(as) alunos(as) da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, universalizando o tempo integral e antecipando o preconizado na meta do PNE. Atualmente, vinte e duas mil crianças e adolescentes estudam em tempo integral nas 54 escolas e 15 creches conveniadas na cidade e no campo, conforme dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação (SMED).

O Plano Municipal de Educação de Governador Valadares – PME/GV - foi aprovado pela lei Municipal nº 6.636 em 24 de junho de 2015 e estabeleceu as metas para os próximos 10 anos da educação no município. O PME/GV foi elaborado pelo município, no ano de 2015, como decorrência do estabelecido no PNE, em seu artigo 8º que definiu o prazo de 1 (um) ano contado da publicação da lei para que Estados, Distrito Federal e Municípios, elaborassem ou adequassem seus respectivos planos de educação (BRASIL, 2014c).

O plano, em sua confecção original, foi permeado por reflexões, debates e produções coletivas, destacando a participação de diversos atores envolvidos no processo educativo, alunos, pais, professores, Conselho Municipal de Educação, servidores do órgão central, Universidades públicas e privadas, Institutos Federais dentre outros, conforme registros e documentos disponibilizados pela SMED.

Ao analisarmos o PNE, em sua meta 6, podemos constatar que a oferta da educação em tempo integral direciona-se para a oferta da educação em tempo integral em, no mínimo cinquenta por cento das escolas públicas. Neste quesito, o município de Governador Valadares, após o empreendimento de diversos esforços, tanto em âmbito municipal, estadual e federal, além da sociedade civil, está na vanguarda da ampliação da jornada escolar, visto que em 2010, implantou o tempo integral em todas as escolas da rede municipal, urbanas e do campo. Tanto que a meta 6 do PME/GV apresenta texto diferente do Plano Nacional, com vistas não mais em implantar o tempo integral, mas em consolidar sua implantação na rede municipal e ampliar a oferta para as escolas estaduais.

Consolidar a educação em tempo integral nas unidades educacionais municipais, iniciada e universalizada em 2010, e ampliar a oferta da educação em tempo integral nas escolas estaduais, inclusive no Ensino Médio, para alcançar, no mínimo, 50% das escolas e da matrícula (GOVERNADOR VALADARES, 2015a. p.121)

Buscamos com a análise empreendida refletir sobre a ETI no contexto do PME, possibilidades e limites que o texto da lei apresenta para a consolidação desta proposta. Subsidiaria esta análise o texto do PME (Governador Valadares, 2015) e documentos e informações sobre a ETI, divulgados pela Secretaria Municipal de Educação (SMED) e documentos disponíveis no site eletrônico www.valadares.mg.gov.br, com acesso em junho de 2016.. O referencial teórico se ancora em estudos sobre ampliação da jornada escolar, sobre a ETI de Governador Valadares e sobre território, estabelecendo-se assim um diálogo interdisciplinar entre o campo da Educação e da Geografia.

2 | PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E TEMPO INTEGRAL

Nos documentos relativos a ampliação da jornada escolar no Brasil, tem comparecido referências ao território instigando a escola a repensar seus tempos e espaços educativos, e a sair dos seus muros. Desse modo tanto a escola, como os espaços extraescolares podem ser transformados em territórios educativos. Nesse sentido cada um desses espaços deve ser tomado como espaço/território, para além da “mera estrutura física – grande/pequeno, feio/bonito... – mas como lugar de vida, de relações. Não como algo passivo, continente, mas como conteúdo e sujeito destas experiências, que as qualifica, interferindo na vida de quem os ocupam” (BRASIL, 2010e. p. 21).

Valendo-nos de autores do campo da Geografia compreende-se, neste texto, o território como espaço de relações no qual se entrecruzam o político, o social, o cultural, o simbólico. Território

significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; descontinuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental, terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade (SAQUET, 2007. p.24).

O processo de produção do território é construído pelo movimento histórico no qual o território é apropriado e construído socialmente como resultado e condição do processo de territorialização. Portanto, essa produção é produto do processo cotidiano de apropriação e domínio social e inscreve-se no estabelecimento das relações sócio espaciais, em um campo de poder.

O debate, aprovação e implantação de um Plano Municipal de Educação, bem como a proposição de uma política de ampliação de jornada escolar, são, pois palco de embates territoriais no qual se entrecruzam valores, pontos de vista, concepções de educação, concepções de cidade e de campo, intenções, concepções de sujeito a se formar, articulações da escola (ou não) com o seu entorno, dentre outros aspectos. Nesses embates as redes de poder circulam constituindo os territórios, delimitando ações e circunscrevendo o campo de ação dos diferentes atores que compõem o território (RAFFESTIN, 1993).

Tendo como referência essas reflexões empreendemos uma análise da meta 06 do PME de Governador Valadares e o conjunto das 09 estratégias que a incorporam. Esta meta aponta para a consolidação da oferta em tempo integral nas escolas da rede municipal. Para a rede estadual prevê a ampliação do tempo nas escolas estaduais (46 escolas em Governador Valadares funcionando em jornada parcial de 4h30 diárias), inclusive no Ensino Médio, para alcançar, no mínimo, 50% das escolas e da matrícula. As nove estratégias em que se desdobra versam desde a melhoria dos espaços escolares, qualidade da educação, atendimento educacional especializado, financiamento, até a articulação das escolas com os espaços educativos da cidade.

Nesta análise refletimos sobre o PME e a ETI em duas direções: o espaço da escola e o espaço para além da escola.

3 | O ESPAÇO DA ESCOLA

A ETI foi implantada como projeto estratégico da educação visando o fortalecimento da identidade local para o desenvolvimento sustentável da região, visto que a falta de perspectiva de trabalho e melhores condições de vida fizeram com que se instalasse no município a cultura da emigração que levava os jovens valadarenses, em seu período mais produtivo a buscar oportunidades em outros continentes, sobretudo nos Estados Unidos da América, onde à época, estimavam-se 50 mil brasileiros residentes (MADUREIRA, 2013a).

O projeto de implantação da Escola de Tempo Integral nas cinquenta e uma unidades escolares da cidade e do campo e nas 23 creches conveniadas do município de Governador Valadares em 2010 objetivava a inclusão e equidade de oportunidades para as crianças e adolescentes em estreita articulação com um currículo multidisciplinar, envolvendo as dimensões do saber e da vida cotidiana dos alunos, de suas comunidades e de espaços sociais amplos (MADUREIRA, 2013b).

A ETI tem como premissa um tempo único, no qual o(a) aluno(a) vivencia de 8h às 16h, diferentes experiências e aprendizagens. Nesse sentido a ETI define-se como:

A Escola de Tempo Integral é mais que Escola Integrada. No caso da Escola Integrada, um segundo turno é composto por várias oficinas ou atividades em outras localidades (para além da escola). Na Escola de Tempo Integral, o projeto pedagógico é único, não diferenciando aulas regulares de outras atividades. Até mesmo o tempo de refeição inclui-se no projeto educativo (GOVERNADOR VALADARES/SMED, 2009. p.16).

A questão espacial foi uma das primeiras a se colocar como dificuldade para a ETI. Ao universalizar o tempo integral fez-se necessário a ampliação das escolas que foram feitas inicialmente de modo precário. Fez-se necessário disponibilizar mais salas de aula, adaptar refeitórios, banheiros, quadras em escolas que muitas vezes não dispunham de espaços e os recursos aportados se faziam, também, insuficientes. O relatório de monitoramento e avaliação da ETI expõe essa fragilidade estrutural e os apontamentos de estudantes, pais, professores e gestores sobre a necessidade de reestruturação do espaço escolar (UFMG, 2012).

Para a consolidação da ETI a estratégia 6.2 do PME define: “assegurar a qualidade do atendimento em tempo integral, investindo na infraestrutura física em relação ao espaço, ao tempo e aos materiais, a partir da vigência deste PME” (Governador Valadares, 2015, p. 121). Para dar cumprimento à esta estratégia, as subseqüentes (6.3 e 6.4) fazem previsão de um regime de colaboração com a União e o Estado, para construção de escolas na cidade e campo, com padrão arquitetônico e mobiliário

adequados para atendimento em tempo integral para a Educação Básica (estratégia 6.3).

Para as escolas em funcionamento o regime de colaboração com a União permanece, conforme a meta 6.4:

Planejar e desenvolver, em regime de colaboração, a ampliação e a reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras cobertas poliesportivas, laboratórios de ciências e informática, espaço para atividades culturais, bibliotecas, salas temáticas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral, a partir da vigência deste PME (GOVERNADOR VALADARES, 2015b, P. 121).

No sítio eletrônico já citado são divulgados investimentos da Prefeitura Municipal e do Governo federal, no montante de mais de 10 milhões de reais para a melhoria de prédios escolares.

A questão do espaço escolar no tempo integral, no que diz respeito à arquitetura das escolas e às condições adequadas de funcionamento tem sido objeto de atenção de pesquisadores (as) que se dedicam a estudos sobre ampliação da jornada escolar. Em dois estudos que mapearam as experiências de ampliação da jornada escolar no país (Brasil, 2010a; 2010b) a precariedade dos espaços para atendimento em tempo integral é apresentada como uma preocupação pelo seu atrelamento à questão da qualidade do ensino – mais tempo de aula, necessariamente não tem se configurado como mais tempo de qualidade, posto que as questões estruturais das escolas dificultam a pretendida formação integral – formação do sujeito nos aspectos cognitivos, culturais, estéticos, éticos e políticos. Além disso, as utilizações de outros espaços para suprir as supostas deficiências estruturais das escolas favorecem a desarticulação entre o que acontece na escola, e o que acontece nesses outros espaços (CAVALIERE 2007; 2009).

A arquitetura das escolas na modernidade, e que inspira a construção dos prédios escolares, em sua grande maioria, é panóptica no sentido foucaultiano (Foucault, 2001) – organiza-se em função do controle dos corpos e da prevalência da mente. Portanto, nesse espaço se instaura estruturalmente a dificuldade em acolher e promover autonomia, criatividade, não permitindo “a prática e o desenvolvimento das múltiplas linguagens, da curiosidade, do imprevisto e da liberdade daqueles que frequentam a escola” (Faria, 2012. p.3), distanciando-se, como decorrência do que preconiza o tempo integral.

Desse modo ao se reformar escolas é preciso refletir a que propósito de formação integral a ampliação da jornada diária responde, o que tem a ver com o valor que se dá ao corpo, a criatividade, a estética na escola, e aos espaços de lazer e de descanso, considerando-se que alunos (as) e docentes permanecem em atividade nesse espaço por oito horas. Essa mesma reflexão se apresenta na definição de “padrão arquitetônico” para construção de novas escolas na cidade e no campo. Do

ponto de vista arquitetônico a defesa é a reinvenção do espaço escolar e um maior diálogo com os territórios da cidade e do campo (FARIA, 2012).

A preocupação expressa nas metas do PME e da SMED, e as reflexões empreendidas sobre o espaço das escolas se faz relevante, sobretudo quando compreendemos o espaço enquanto espaço relacional, criativamente caracterizado pelas produções humanas, com formas e funções intencionais, como um híbrido que conjuga um sistema de objetos e um sistema de ações. (Santos, 2006). Contudo, para além do espaço de interação educacional formal nas escolas, o plano aponta para uma articulação com os espaços da cidade, como veremos na próxima seção.

4 | O ESPAÇO PARA ALÉM DA ESCOLA

O espaço para além da escola tem sido, desde a implantação da ETI, uma das dificuldades apontadas pelas pesquisas sobre essa experiência (UFMG, 2012; Souza, 2015). O relatório de monitoramento e avaliação da ETI recomenda uma maior aproximação com o entorno e com a cidade, como um direito. Souza (2015) mostra em seus estudos com 06 escolas (03 da cidade e 03 do campo) como a escola, “fechada nela mesma”, inviabiliza a participação de estudantes da cidade a projetos e espaços, dos quais participavam e que tem um real valor de formação. No campo, a autora pondera que a escola não se abre para a vida do campo como propõe o debate da educação do campo (SOUZA, 2015a).

“É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança.” O provérbio africano nos dá a real dimensão da cidade, ou aldeia, enquanto território educativo, múltiplo, heterogêneo, dinâmico. Espaço de coexistência do velho e do novo, de sobreposições de tempo, de rugosidades deixadas pelas vivências, pelo trabalho, pelas descobertas, pelas técnicas. Espaço de encontros entre a razão e a emoção. (Santos, 2009). Ancorados no provérbio e nas reflexões dos autores da Geografia, podemos pensar, dessa maneira, em um território vivido, movimento que a estratégia 6.5 “a partir da vigência deste PME, busca promover com a articulação das escolas urbanas e do campo com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários” (GOVERNADOR VALADARES, 2015c. p. 121).

Esta meta preconiza para a cidade, nos 10 anos de vigência do PME, a construção de espaços ainda inexistentes em uma cidade de médio porte (teatros, planetários). A cidade tem parques, uma biblioteca pública, um museu, um cinema que se localiza em um shopping, na região central, portanto de difícil acesso para pessoas e estudantes das escolas que se localizam em bairros periféricos, maioria das escolas da cidade.

Em 2015 a ETI iniciou um movimento em direção a cidade, buscando garantir a estudantes o acesso a cidade. Projetos da SMED, em parceria com o Centro Cultural Nelson Mandela e Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer foram criados em 2015 com

o intuito de aproximar os estudantes, do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental, de todas as escolas urbanas e do campo, dos espaços educativos da cidade: Museu, Biblioteca Pública, Parque Natural Municipal e outros pontos históricos da cidade, conforme informações disponíveis no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal, citado anteriormente.

Esses projetos buscam ultrapassar os muros das escolas e explorar os espaços educativos que a cidade oferece. Assim, o roteiro histórico municipal contempla a visita e exploração dos estudantes das escolas municipais dos pontos históricos da cidade, como o Pico da Ibituruna, o Mercado Municipal, a Açucareira, a Capela da Igreja Presbiteriana, o Parque Municipal, a Praça da Estação Ferroviária, o Calçadão da Ilha dos Araújo entre outros. O Departamento de Ensino da Secretaria de Educação elabora o cronograma de forma que todas as escolas urbanas e do campo possam realizar o roteiro pelo menos duas vezes por ano. A vivência desses “outros espaços” surge da necessidade de educar e aciona um movimento dialético entre sujeito e cultura, tempo e espaço,

(...) pela necessidade de educar, de aprender, de ensinar, de criar, de sonhar, de imaginar de que todos nós, mulheres e homens, impregnamos seus campos, suas montanhas, seus vales, seus rios, impregnamos suas ruas, suas praças, suas fontes, suas casas, seus edifícios, deixando em tudo o selo de certo tempo, o estilo, o gosto de certa época. A Cidade é cultura, criação, não só pelo que fazemos nela e dela, pelo que criamos nela e com ela, mas também é cultura pela própria mirada estética ou de espanto gratuita que lhe damos. A Cidade somos nós e nós somos a cidade (FREIRE, 2007, p. 23).

Em consonância com o que nos apresenta Freire, outro projeto da Secretaria de Educação, também divulgado no sítio eletrônico já citado, é o Passeio Literário que busca fazer a articulação da escola com a cidade, por meio de visitas ao Centro Cultural Nelson Mandela, antiga Cadeia Pública da cidade transformada em espaço de Cultura e Educação. O complexo compreende a Biblioteca Pública Municipal Professor Paulo Zappi, a Galeria de Artes, a Academia Valadarense de Letras, o telecentro comunitário, Auditório e Sala de Leitura Monteiro Lobato.

O incentivo à prática da leitura e a imersão em espaço cultural é o objetivo do projeto que atende todas as escolas urbanas e do campo desde junho de 2015. Duas professoras contadoras de histórias da rede municipal organizam o cronograma de visitas das escolas em parceria com a equipe do Departamento de Ensino da Secretaria de Educação de forma que os estudantes do 4º ao 9º ano possam participar pelo menos três vezes durante o ano letivo.

Embora os projetos acenem para a possibilidade de uma maior abertura da escola para a exploração e vivências de outros espaços educativos, deixa-nos margem para questionar a pontualidade com que essas vivências em outros territórios acontecem, dada a quantidade de alunos (as) a deslocar e o acesso que continua restrito para as crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Por sua vez, vale salientar a

importância desse esforço em direção à cidade como um espaço a ser apropriado por seus habitantes como um direito (AICE, 2009).

Vale refletir, ainda, sobre o direcionamento do campo para a cidade, que pode ser visto positivamente propiciando o acesso desses (as) alunos (as) para conhecimento de outros espaços, quanto numa certa desvalorização do espaço vivido na própria comunidade – não teria o campo, territórios educativos a serem explorados?

Cabe ainda perguntar sobre o entorno da escola. Como a ETI dialoga com a rua, o bairro, o campo, o que acontece em sua vizinhança. Se a ETI tem estabelecido pouco diálogo com o entorno (UFMG, 2012; Souza, 2015) é salutar que no PME a proposição da meta 6.6 “ a partir da vigência deste PME, construir e valorizar a cartografia dos Bairros e dos Distritos, para otimização e utilização dos espaços do entorno das instituições” (GOVERNADOR VALADARES, 2015d. p.121).

O uso de termo próprio do campo da Geografia, “cartografia”, é um indicativo da valorização dos espaços educativos da cidade, do bairro e dos Distritos, que são os lugares nos quais as escolas estão inseridas. O mapeamento desses espaços pode tornar visível às escolas as potencialidades do seu entorno, as práticas culturais, econômicas, religiosas, sociais, educativas que emergem das relações entre os sujeitos e o seu meio. É interessante perceber que essa cartografia não está prevista no PNE, talvez puramente por uma questão de escala (Boaventura, 1988). São as escolas, individualmente, capazes de perceber a grande escala onde se encontram, com todas as suas nuances e detalhes, pois lidam diretamente com os(as) alunos(as), os profissionais, as famílias e a comunidade.

Esta estratégia do PME possibilitará a ETI uma reconstrução que a leve para fora de seus muros reconhecendo e validando os diferentes espaços que a circundam como educativos (Moll, 2012) para uma efetiva educação integral. Tal educação “precisa de toda a cidade: do teatro à banca de jornal; do museu ao campinho de futebol; do clube à casa do vizinho – precisa de tudo: espaços edificadas e espaços livres de edificação” (FARIA, 2012. p. 10).

5 | PARA CONCLUIR

Neste texto buscamos analisar a escola em tempo integral, no contexto do PME. O texto do PME fortalece a ETI de Governador Valadares ao propor a sua consolidação. Entretanto, como os diferentes municípios no país, enfrenta o desafio de ampliar a jornada escolar sobre uma estrutura e uma organização temporal que conspira contra a formação integral do sujeito. No cotidiano da ETI as atividades se desenvolvem em módulos de 50 minutos, o que compromete visivelmente a educação integral preconizada (SOUZA, 2015b).

A organização temporal não é objeto de reflexão do PNE e do PME e o tempo que se amplia pode, portanto, permanecer fragmentado. As estratégias que impelem

ao movimento em direção à cidade são importantes para a ETI e podem contribuir com a fragmentação temporal. Entretanto, tal movimento ainda pontual na ETI, depende do movimento das escolas para a construção de outras cartografias.

A proposição da ETI não é a de escola integrada, conforme já apresentado. Entretanto, o PME ao se direcionar para todo o município expõe em sua meta 6.9 a proposição de uma escola integrada: “Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos (as) estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, integrado às atividades educativas recreativas, esportivas e culturais, a partir da vigência deste PME”. Tal meta pode fragilizar a proposta da ETI, considerando que um PME sobrevive a intencionalidades e direcionamentos políticos dados por uma determinada gestão.

A perspectiva do PNE para o tempo integral pode-se configurar como um tipo de “educação prioritária”, ao limitar o acesso a metade das escolas e a uma quarta parte dos estudantes. Nesse sentido ressalta-se o avanço da ETI com a proposta de universalização.

A questão da jornada docente é contemplada no PME que prevê ampliação progressiva da jornada de professores (as) em uma única escola, até o final do decênio, (meta 17) opção feita pela ETI, conforme lei que a regulamente e que o texto do PME assinala como condição importante que favorece a ampliação da jornada escolar e que ultrapassa a rede municipal aqui analisada.

Duas questões merecem ainda ser ressaltadas nas metas propostas pelo PME. A primeira refere-se à perspectiva inclusiva expressa na meta 6.7, e já contemplada na proposta da ETI por meio do Centro Municipal de Referência e Apoio à Educação Inclusiva Médica Zilda Arns (CRAEDI), que oferece atendimento educacional especializado complementar a 800 estudantes da rede municipal urbana e do campo com autismo, síndrome de down, surdez, deficiências múltiplas e altas habilidades. “Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando AEE (Atendimento Educacional Especializado) complementar e suplementar” (GOVERNADOR VALADARES, 2015e. p. 121)

A segunda refere-se à proposição de tempo integral para o Ensino Médio. Em um município que a exemplo dos demais municípios do país, não universalizou o Ensino Médio, falar em ampliar a jornada escolar, parece uma utopia. Nesse aspecto o PME aponta para um desafio que merece atenção no campo educacional – a universalização e a qualidade da educação oferecida aos jovens.

Valendo-nos ainda, das reflexões sobre território, aos quais são inerentes as relações de poder, podemos tomar o texto do PME como um território, no qual e a partir do qual diferentes territórios se confrontam – territórios dos órgãos normatizadores da educação, nas diferentes esferas (municipal, estadual e federal), territórios escolares, territórios da cidade, territórios docentes, territórios das infâncias, adolescências e juventudes, territórios do campo. Esses territórios necessitam dialogar para que a

educação se efetive como um direito.

REFERÊNCIAS

AICE. Declaração de Barcelona. *In: Carta das Cidades Educadoras*. Barcelona, 1990. Disponível em: <<http://www.quintacidade.com/cartacidadeseducadoras.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 12 jun. de 2016.

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Portaria Interministerial nº. 17, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 abr. 2007.

_____. Ministério da Educação. **Educação integral/educação integrada e(m) tempo integral: concepções e práticas na educação brasileira. Mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil: estudo quantitativo**. Brasília: MEC, 2010a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 05 mai. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Educação integral/educação integrada e(m) tempo integral: concepções e práticas na educação brasileira. Mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil: estudo qualitativo**. Brasília: MEC, 2010b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 05 mai. 2016.

_____. **Decreto 7.083**, de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o **Programa Mais Educação**. Brasília: 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm. Acesso em: 13 jun. 2016.

_____. MEC. Programa Mais Educação. **Territórios educativos para a educação integral: a reinvenção pedagógica dos espaços e tempos da escola e da cidade Escola Integrada/Belo Horizonte-MG**. Brasília, 2010d.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Manual Operacional de Educação Integral**. Brasília, 2014a. Disponível em: <portal.mec.gov.br/index.php>. Acesso em: 19 mai. 2016.

_____. Lei n. 13.005 de 25 de Junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação –PNE** e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF: 2014b.

CAVALIERE, A. M. V. **Tempo de escola e qualidade na educação pública**. In: Educação & Sociedade. Campinas, v.28, n.100- Especial, p. 1015-1035, out. 2007.

_____. **Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral**. *In: MAURICIO, Lúcia Velloso (org). Em aberto*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, v.22, n.80, p. 51-63, 2009.

FARIA, A. B. G. de; **Por outras referências no diálogo arquitetura e educação: na pesquisa, no ensino e na produção de espaços educativos escolares e urbanos**. In: Em Aberto, Brasília, v. 25, n. 88, p. 99-111, jul./dez. 2012.

FREIRE, P. **Política e Educação**. Indaiatuba, SP, Villa das Letras, 2007.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. São Paulo: Vozes, 2001.

GOVERNADOR VALADARES. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Escola em Tempo Integral**. Caderno 1. Governador Valadares, 2009.

_____. Diário Oficial Eletrônico – Ano II, Nº 318. **Plano Municipal de Educação**. p. 113-137. Governador Valadares, 2015. Disponível em www.valadares.mg.gov.br. Acesso em: 10 jun. 2016.

MADUREIRA, S. A. Educação Integral, em tempo integral no município de Governador Valadares – Relato. In: BICALHO, M. G. P.; SANTO, E. B. do E.; SOUSA, V. C. de. **Aprendendo a docência no contexto da Escola em Tempo Integral**: reflexões a partir do Projeto vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID-CAPES). Governador Valadares, 2013, 11-24.

MOLL, J. [et al.]. **Caminhos da educação integral no Brasil**: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções do Território**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

SANTOS, B. de. S. **Uma cartografia simbólica das representações sociais**: Prolegômenos a uma concepção pós-moderna do direito. Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra, vol. nº 24, p 139-172. Março, 1988.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. Ed. 5ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SOUZA, M. C. R. F. de. **Relação com o saber e educação integral**: um estudo sobre estudantes dos anos finais do ensino fundamental no contexto da escola em tempo integral. 248f. Relatório de Pesquisa (Pós-Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Faculdade de Educação. GRUPO TEIA – **Territórios, Educação Integral e Cidadania**. Relatório do Projeto de Avaliação e Monitoramento do Programa Escola de Tempo Integral (ETI) da Secretaria Municipal de Educação de Governador Valadares – MG. Belo Horizonte, 2012, 128 p.

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Rossetti Ferreira

- Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL).
- Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto.
- Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
- Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-297-5

